

Os magistrados, que são analisados através de seu comportamento e funções no meio social baiano e dos problemas e conflitos daí decorrentes, constituem, realmente, o centro das atenções de Schwartz. Pôde ele contar com grande riqueza de fontes consultadas, entre outros, no Arquivo Público da Bahia, na Câmara Municipal de Salvador, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, no Archivo General de Indias de Sevilha, na Biblioteca Nacional de Madrid, no British Museum e no Public Record Office, de Londres. Isto, embora se queixe o Autor da falta de diários, memórias e correspondência desses magistrados, que tão exaustiva quanto infrutiferamente buscou.

Com a reinstalação da Relação baiana (sugerida logo após a retirada dos holandeses e só concretizada em 1652) e com a criação da do Rio de Janeiro, chegou-se ao que o Autor chama de "braseiração da burocracia", vindo ela então a fazer parte do cotidiano da vida colonial. Passou-se à definitiva consolidação dos dois "sistemas" coexistentes: o oficial e o de bastidores.

Portanto, é na dinâmica do relacionamento entre sociedade e burocracia (vista como sistema social e como uma das formas de que se reveste a administração), que Stuart Schwartz estabelece o modo como deve ser interpretada a história da burocracia no Brasil colonial. — **Heloísa Liberali Bellotto.**

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976, 120 p.

Ao observador apressado, esta obra poderia passar despercebida. Afinal, café e indústria mereceram inúmeros estudos, alguns já clássicos na historiografia brasileira. O fato de o desenvolvimento cafeeiro e o surgimento da indústria no Brasil mostrarem-se ligados também não constituiria novidade: o caráter dessa relação se colocou como núcleo de polêmica que ocupou não poucas páginas da historiografia nos últimos vinte anos. Mesmo assim, Sérgio Silva conseguiu explorar os temas de forma a tornar amplamente compensadora a leitura de seu livro, seja pelo principiante em História Econômica do Brasil, seja por aqueles atualizados com a bibliografia recente e conhecedores dos debates em torno destes temas.

O objetivo do Autor, como ele próprio declara, é o estudo das origens da industrialização no Brasil. Entretanto, ao encarar o tema sob perspectiva bem determinada, viu-se obrigado a investigar aspectos do desenvolvimento da economia cafeeira, essenciais para compreender o problema proposto. O ampliar da temática inicial explica-se porque "O aprofundamento do estudo das relações economia cafeeira-indústria nascente está apoiada em uma problemática onde a industrialização aparece como a última fase do período de transição capitalista. A indústria nascente é então considerada como resultado de um desenvolvimento capitalista prévio". (p. 17).

Esta forma de definir a problemática da obra se coloca como crucial para os resultados da pesquisa no que trazem de novo para compreender o desenvolvimento brasileiro.

O Capítulo I — "Introdução sobre a Problemática" — estabelece bases teóricas essenciais para a análise posterior: a indústria no processo de desenvolvimento de capitalismo, os problemas da fase de transição e o caráter da economia mundial capitalista encontram-se entre as questões aqui discutidas.

No Capítulo II — “Condições Históricas da Expansão Cafeeira” — indica-se como, na segunda metade do século XIX, articularam-se condições externas e internas de modo a permitir o rápido desenvolvimento da atividade cafeeira no Brasil.

No plano externo, o crescente comércio internacional garantia mercados para o café brasileiro, enquanto a exportação de capitais dos países europeus permitia realizar investimentos necessários à atividade exportadora (estradas de ferro, portos, serviços públicos etc.) mesmo que, em contrapartida, o Brasil remetesse (sob forma de juros ou lucros) quantias superiores às recebidas ano a ano.

No plano interno, e articulado com o externo, o comércio cafeeiro possibilitou certa acumulação de capital, principalmente entre os comerciantes que organizavam, junto com os fazendeiros, novas plantações de café. Ao ampliarem as fazendas, também havia necessidade de crescente força de trabalho sem que se encontrasse na massa de escravos existente a elasticidade desejada. Daí segue o Autor a examinar a “abolição progressiva” do escravismo e a entrada de imigrantes em termos do estabelecimento de um mercado de trabalho.

No Capítulo III — “A Economia Cafeeira” — e no IV — “Origens da Indústria” — concentram-se as principais propostas do Autor quanto ao capitalismo no Brasil.

O desenvolvimento da economia cafeeira é entendido como o desenvolvimento do capital cafeeiro, capital este que não se limita às plantações de café. Pelo contrário, “ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial(...). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções” (p. 60).

E, ao analisar o funcionamento da economia cafeeira, o Autor é levado a concluir ser o capital cafeeiro predominantemente comercial. Esta conclusão tem importantes conseqüências pois implica que “a acumulação capitalista realiza-se sobretudo ao nível do comércio, o que acarreta um desenvolvimento mais lento das forças produtivas” (p. 61).

Sob essa perspectiva — a nosso ver nova na historiografia — busca-se entender os eventos de fins do século XIX e começos do XX, em especial o “fundig-loan” e o Convênio de Taubaté. Parece mais fácil entender, agora, eventos que anteriormente ficavam obscurecidos; por exemplo, a política de Murinho — que, ao valorizar a moeda nacional reduzia a receita em mil-réis dos cafeicultores.

Considerada essa forma do desenvolvimento prévio do capitalismo no Brasil, com base na economia cafeeira, o Autor se volta ao estudo específico das origens da indústria.

Não se esquece de colocar a passagem ao trabalho assalariado, no quadro da economia cafeeira, como marco fundamental para a industrialização. Entretanto, o trabalho assalariado não se limita, aqui, a constituir mercado consumidor para o produto da indústria nacional; nem mesmo se limita a imigração a criar verdadeiro mercado de trabalho de que usufrui a indústria nascente. Mais do que isso, “O trabalho assalariado é o índice de transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção.

São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida **acumulação de capital baseada no trabalho assalariado**. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil" (p. 80/1).

Sobre as origens dos empresários industriais, identifica nos imigrantes voltados ao comércio importador o núcleo da burguesia industrial nascente. Este fato, já revelado por pesquisas anteriores, reforça a hipótese do trabalho e permite concluir: "A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular, ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial" (p. 97).

Esta perspectiva permite, de imediato, enfrentar o problema das relações entre economia cafeeira e indústria nascente. Lembra o Autor duas teses opostas no tratar a questão: a que vê na economia cafeeira "obstáculo" ao desenvolvimento da indústria e aquela que encontra no café um estímulo à industrialização. Por meio da crítica a essas teses, o Autor pode concluir que "... as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital" (p. 103).

Finalmente, ao estudar a natureza da industrialização no Brasil, o Autor nega a repetição, no caso, do esquema evolutivo artesanato-manufatura-indústria. Pela análise dos dados de 1907 e 1920, pode-se evidenciar o predomínio da grande indústria, mesmo nos momentos iniciais da industrialização. Esta forma de desenvolvimento, possível pela disponibilidade de técnicas e equipamentos importados, permite também rápida acumulação para o capital industrial, acumulação essa que, no entanto, se limita ao setor de bens de consumo, sem resultar no aprofundamento para o setor de bens de produção.

Ao restringir o período do estudo de fins do século XIX até 1930, o Autor não avança rumo às mudanças posteriores à Grande Depressão dos anos trinta. Acreditamos, todavia, ser a linha de desenvolvimento aí traçada ponto de partida adequado para essa análise, centro de tantas controvérsias na historiografia brasileira.

Pensamos, ainda, que, ao lado das proposições aqui levantadas, o leitor poderá encontrar no livro de Sérgio Silva, outras tantas de igual importância. E todas elas aparecem, a nosso ver, como problemas capazes de originar pesquisas adicionais por meio, talvez, de fundamento empírico mais minucioso. O que constitui outro motivo a sugerir a leitura desta obra. — **Flávio Azevedo Marques de Saes.**

XAVIER, Jayro José — **Idade do Urânio. Cinco epístolas em tom de elegia.** Apresentação de Antônio Houaiss. Livraria Editora Cátedra, Rio de Janeiro, 1974 (67 pp.).

Estes tempos não são propícios a poetas e poesias. Mais difícil torna-se, a cada dia, coexistir com os riscos crescentes da incineração telúrica que se avizinha. Tudo faz crer que, deliberadamente, programamos a nossa própria extinção! Já se degusta, quase sem alento, este gosto de estrôncio e pólvora com que o homem acena ao próprio homem. E que é feito dos salgueiros e azinheiras — nos dizemos, se as sombras que margeiam os caminhos pouco se prestam ao repouso e ao lazer... Nada ficou do tempo em que o nativo possuía a terra e o colonizador, a Bíblia, quando mundo e searas eram